

O reitor da Universidade de São Paulo, professor Flávio Fava de Moraes, é a primeira voz crítica de relevância à proposta do ministro da Fazenda, senador Fernando Henrique Cardoso, de criar um adicional de Imposto de Renda para famílias de maiores recursos financeiros que mantêm filhos em escolas públicas. Ressalvando que a proposta não fora explicitada, o reitor manifestou preocupação com o destino do dinheiro arrecadado com esse imposto: se dirigido para o Ministério da Fazenda ou para a escola onde o aluno estiver matriculado. A questão é essencial, nessa discussão.

Quando o ministro disse que seria "democraticamente injusto a escola continuar a custar nada", observamos que a característica de adicional de Imposto de Renda abriria discussões sem-fim sobre

como estabelecer o limite inferior de rendimentos líquidos a partir do qual o pai seria considerado abastado. Isso sem contar problema maior: o da fiscalização do pagamento. Antes mesmo de saber se a burocracia criada para cobrar o imposto consumiria todo o potencial arrecadado, insistimos na pergunta: o acréscimo do Imposto de Renda iria para os cofres dos Estados — como São Paulo, que mantém ensino superior gratuito — ou tomaria o rumo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, com todas as distorções daí derivadas?

O reitor Fava preferiu outro caminho para expressar as mesmas dúvidas: o que deve distinguir o pai de aluno "abastado" do "sem recursos", segundo o reitor da USP, "é o Imposto de Renda e não uma taxa especial". O professor Fava foi direto ao ponto que inte-

ressa: "(...) se há pais ricos que não pagam Imposto de Renda, o problema é da Receita". E não da universidade, completamos nós! Inverter a ordem natural das coisas, ou seja, confundir o que é responsabilidade burocrática do Fisco com uma política destinada a produzir igualdade mediante a taxação dos mais ricos no espaço do ensino — que deve "continuar igual para todos" no dizer do reitor Fava —, é de certa forma tirar castanhas muito perigosas do fogo com mãos alheias.

É preciso notar que o reitor da USP não possui atitude preconcebida — como a quase totalidade da comunidade acadêmica — no

que se refere à possibilidade de ser criado um fundo mantido pelos mais ricos para custear o ensino dos alunos mais pobres; mas lembra que ensino, como dever de Estado, é "direito do cidadão"; e, se de fato for necessário pagar o

ensino, a cobrança não deveria ser em dinheiro, "mas na forma de serviço". Esta sugestão, sim, merece toda a atenção. O investimento do Estado na mão-de-obra mais bem capacitada poderia reverter em algum

tipo de compromisso obrigatório nos espaços em que o País mais precisa dela. Esta é forma muito diferente — e bem mais eficaz — de cobrar o custo social implícito e necessário na sadia construção de uma elite cultural.

A questão da taxa especial para os mais favorecidos que estudam na universidade é controvertida